

# Entre o comunitário, o popular e o contra-hegemônico: limites teóricos e aproximações cotidianas

## *Between the community, the popular and the counter-hegemonic: Theoretical limits and everyday approaches*

### **Carla Baiense Felix**

carlabaienses@yahoo.com.br

Professora e pesquisadora vinculada ao Departamento de Comunicação Social e ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordena O Casarão-Laboratório de produção e análise crítica da mídia impressa e digital e o grupo de pesquisa Mídias, redes e jovens: usos e apropriações em contextos digitais. É doutora e mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e graduada em Comunicação Social-Jornalismo pela UFF.

### **Mariana Pitasse Fragoso**

mariana.pitasse@gmail.com

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) e graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, ambos pela mesma universidade. Integra o Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência (EMERGE). É colaboradora do jornal *Brasil de Fato*.

### **Andrew Costa**

costa.andrew@gmail.com

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduado em Comunicação Social, habilitações em Jornalismo e Publicidade, pela mesma universidade. Jornalista do Programa Institucional Álcool, Crack e outras Drogas da Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz.

### **Resumo**

Sob a pressão das intensas transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, nas áreas de habitação e segurança pública, diversos coletivos de comunicação comunitária locais criam novas formas de produção e circulação de mensagens que buscam assegurar a permanência no território e os direitos básicos dos moradores de favelas. Essa comunicação do cotidiano, que se utiliza das redes, mas também do espaço público, não se limita às classificações tradicionais, que restringem as fronteiras do comunitário. Neste artigo, problematizamos a diferenciação entre a comunicação comunitária, popular e contra-hegemônica a partir de reflexões que surgem da prática de dois desses novos movimentos, confrontando-as com as teorizações do campo.

**Palavras-chave:** comunicação comunitária, comunicação popular, cotidiano, Maré Vive, Vila Autódromo.

### **Abstract**

Under pressure from the intense transformations that took place in the city of Rio de Janeiro, in the areas of housing and public security, several community communication groups create new forms of production and circulation of messages that seek to ensure the permanence in the territory and the basic rights of the inhabitants of favelas. This everyday communication, which uses networks, but also the public space, is not limited to traditional classifications, which restrict the boundaries of the community. In this article, we discuss the differentiation between community, popular and counter-hegemonic communication based on reflections that arise from the practice of two new movements, confronting them with theorizations of the field.

**Keywords:** community communication, popular communication, everyday life, Maré Vive, Vila Autódromo.

### **Introdução**

A emergência de novas vozes na comunicação comunitária tensiona os limites conceituais do campo e provoca uma reflexão a respeito do seu papel no cotidiano de territórios marcados pela militarização e pela banalização da violência. Tributários, em alguma

medida, das ONGs e movimentos sociais, esses novos protagonistas transitam entre a academia e a periferia e reivindicam uma autonomia política e uma discursividade específica que, para além do papel pedagógico desempenhado tradicionalmente, construam um novo horizonte para as lutas em torno da sobrevivência de moradores.

Neste artigo, refletimos sobre o significado da comunicação comunitária na cidade pós-Olimpíadas, marcada pela derrocada do projeto das UPPs e pela desterritorialização em massa das populações pobres das áreas mais valorizadas. Em que sentido essa comunicação para a sobrevivência dialoga com o campo conceitual construído em torno do comunitário e em que medida nos obriga a uma revisão dos seus limites? A partir de duas iniciativas, Maré Vive e Vila Autódromo, examinaremos algumas das características desses novos movimentos e sua contribuição para repensar as bases de uma comunicação cidadã<sup>1</sup>.

### Entre o comunitário e o popular: desafios conceituais e dilemas políticos

Diversos pesquisadores do campo da comunicação têm se esforçado para situar os limites entre a comunicação comunitária, popular e alternativa. O primeiro debate se dá, justamente, em torno do que seria o comunitário. Na sociologia clássica de Ferdinand Tönnies (1942) e Martin Buber (1987), a comunidade aparece como uma realidade intrínseca à vida humana, onde o homem se constrói e se fortalece como ser social. No entanto, na perspectiva contemporânea, comunidade comporta outras variadas compreensões.

Como lembra Nicholas Jankowski (2002), ainda que a comunidade seja frequentemente associada a uma região geográfica, seu conceito pode ultrapassar esse aspecto. Para o autor, existem comunidades geograficamente dispersas, mas que reúnem seus membros em torno de interesses culturais, sociais ou políticos comuns, que ele chama de “comunidades de interesse”.

Na perspectiva de Gustavo Quesada (1980), a existência da comunidade está estabelecida no “povo que nela reside ou [com ela] se identifica”. O autor reflete sobre a relação entre comunidade e identidade como constituintes um do outro. Ele diz que

*É bom notar-se que quando várias pessoas comungam da mesma realidade ou se identificam com experiências semelhantes, isto é fator de união e de integração. É necessário tocar o âmago dessa identidade para poder obter ações comuns como um todo (Quesada, 1980, p. 14).*

O autor também trabalha os laços da comunidade com o território, fator que interfere diretamente na relação

<sup>1</sup> As reflexões deste artigo se originaram ao longo de um semestre de discussões no curso de extensão universitária O Casarão – Laboratório de produção e análise crítica da mídia impressa e digital, que reuniu moradores do Morro do Palácio, comunidade vizinha ao Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS-UFF), em Niterói (RJ), alunos de graduação em Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, jornalistas, fotógrafos e midialivristas. Agradecemos a todos a generosidade de compartilhar conosco suas experiências.

dos herdeiros com o espaço comunitário. Segundo ele, “toda comunidade cobre uma certa área geográfica. E sua identificação se localiza em algum acidente geográfico ou na organização social do seu povo” (1980, p. 14). A recuperação do senso de coletividade e as lutas por um objetivo comum, bem como um ambiente organizativo favorável para a manutenção da comunidade são considerados vitais para que os moradores não percam o direito sobre o lugar.

Raquel Paiva (1998) apresenta uma perspectiva mais ampliada para caracterizar as múltiplas “leituras possíveis de comunidade”. Ela defende a comunidade como experiência capaz de tirar os sujeitos da indiferença e inseri-los em práticas capazes de fazer frente ao esfacelamento do social. Para a autora, essa noção diz respeito à vinculação entre sujeitos em que o propósito maior é efetivamente seu desenvolvimento organizativo em harmonia com o contexto histórico e social de seu tempo.

Como se vê, as transformações sociais diversificaram a compreensão sobre a comunidade. Essa diversidade contribui para tornar mais complexo o entendimento sobre a comunicação comunitária, já que, conforme destaca Rozinaldo Miani, teremos uma definição de comunicação comunitária distinta “para cada concepção de comunidade que se adota” (Miani, 2017, p. 3).

De acordo com Regina Festa (1986), nos anos 1980, havia cerca de 30 tentativas de conceituar esse tipo de comunicação na América Latina. Ainda hoje existem inúmeros outros esforços neste sentido, como nos mostram diversos pesquisadores. Para Cecília Peruzzo (2006), uma das suas principais características é se basear em princípios públicos, “tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter – preferencialmente – propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania” (Peruzzo, 2006, p. 55-56).

Já Paiva (1998) considera que o comunitário se diferencia em função “da sua proposta social, seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício da cidadania” (Paiva, 1998, p. 160). Reconhece, no entanto, que todo esforço na direção da democratização dos meios já representa um avanço, ainda que a democratização, em si, não esteja necessariamente na pauta dos veículos.

Percebe-se, portanto, que a discussão lança luz sobre o próprio papel do jornalismo e do jornalista e, em última instância, sobre o processo produtivo. Recorrendo ao trabalho pioneiro desenvolvido pelo CIESPAL na formação de pesquisadores dentro das universidades e de comunicadores nos movimentos sociais da América Latina, Paiva (1998) recupera uma prática que caracterizou o movimento nos anos 1980. Naquele momento, o jornalista frequentemente era pensado como um agente externo à comunidade, cuja função seria a de promover algum nível de organização e provocar a participação coletiva. Além

disso, deveria prezar pelo rigor técnico na produção jornalística, que se traduziria na utilização de uma linguagem adequada e atraente.

Esse é um dos aspectos que vêm se modificando nos últimos anos, com a emergência de novos atores na cena comunitária. Embora tributários, em alguma medida, da formação tradicional, esses comunicadores não falam a partir do campo profissional. Preferem, ao contrário, marcar um pertencimento à comunidade que tanto molda sua prática quanto assegura sua legitimidade, conforme analisaremos mais adiante.

Se há um esforço de se estabelecer os limites do comunitário, também existe uma preocupação em se definir aquilo que não se confunde com ele, ainda que por vezes se reconheçam as superposições. O Foro de Medios Alternativos da Argentina demarca a comunicação alternativa como uma ferramenta popular que atua como militância social dentro de conflitos sociais com o objetivo de democratizar a palavra, a informação e as perspectivas sobre determinado fato. Para serem alternativas, as iniciativas devem ser independentes de governo, Estado e corporações e estarem diretamente ligadas a um projeto de transformação social. Para Natalia Vinelli e Carlos Rodríguez Esperó (2004), comunicação alternativa e contra-hegemonia possuem uma relação dialética entre si:

*A noção de comunicação alternativa é um processo que abarca tudo, desde o discurso até a organização do meio de comunicação e as formas sociais em que este é utilizado. Por sua vez, o discurso contrainformativo é o elemento que, seja como intervenção política de urgência ou como reflexão mais profunda, manifesta as necessidades da conjuntura política e os objetivos da organização político-social, por sua vez encarnados na própria prática do medium. De maneira que existe uma relação dialética entre comunicação alternativa e contrainformação que não pode ser deixada de lado (Vinelli e Esperón, 2004, apud Moraes, 2007, p. 4).*

Muitas das definições do popular vão conceber sua perspectiva contra-hegemônica como “oposição ao *mainstream*”. Se isso, por um lado, demarca o lugar de onde se produzem os discursos, por outro, define, em alguma medida, o que vai ser dito. Portanto, há diferenças importantes do ponto de vista conceitual e prático entre iniciativas populares e comunitárias, pois, como observa Rodríguez (2001), se restringirmos a função do comunitário à disputa de discursos com a grande mídia, “não enxergamos as outras diversas instâncias em que atuam como agentes de transformação” (Rodríguez, 2001, p. 33).

Isto não significa que não existam aproximações entre ambas. Como aponta Miani:

*A comunicação popular e comunitária se constitui como uma comunicação baseada na realidade das classes subalternas e com o objetivo de transformação social, a partir da politização dos sujeitos destas classes e sua consequente emancipação mediante a proposição de processos comunicativos participativos e de valorização das subjetividades no interior de um determinado grupo (Miani, 2010, p. 62).*

Colocar lado a lado o popular e o comunitário, no entanto, pressupõe uma perspectiva específica do popular, já que, como assinala Peruzzo (2006), o conceito pode ser pensado de várias formas – o popular-folclórico, o popular-massivo, o popular-alternativo. Neste caso, concebe-se entre ambos uma proximidade na medida em que a comunicação é utilizada como ferramenta de emancipação política para a superação das contradições sociais. Coloca ambas, portanto, no terreno da contra-hegemonia, nos termos de Williams (1979), como o conjunto de “iniciativas e contribuições alternativas e opostas, feitas dentro ou contra uma hegemonia específica” (1979, p. 117).

Fazendo o percurso inverso, que parte do popular, também chegaremos a zonas de contato com o comunitário. Para Cláudia Gianotti (2016), a expressão comunicação popular designa uma definição mais politizada e de caráter militante. Enquanto o termo comunitário carrega um esvaziamento do sentido crítico, o popular, por outro lado, o evidencia.

Neste sentido, a comunicação popular é aquela produzida pelo povo e para o povo com o objetivo de alterar a realidade social de uma determinada comunidade ou grupo social. O público destinatário, nesse projeto, é similar ao emissor. A comunicação deve ser feita coletivamente, e as pautas tratadas nesses veículos devem ser alternativas aos assuntos reservados à grande mídia. Como se vê, a comunicação popular trabalha a partir de uma perspectiva muito próxima dos estudos em comunicação comunitária.

No caso das rádios, em que há uma regulamentação estatal, o cenário é ainda mais complexo. Peruzzo (2007) considera que as rádios comunitárias devem estar ligadas à realidade local, sem buscar o lucro como meta principal e priorizar a informação, a educação e a cultura dos seus receptores. Devem, ainda, contemplar movimentos sociais e outras formas de organização coletiva e incentivar a participação direta e ativa de seus ouvintes em processos de criação, planejamento e gestão da emissora. Mas reconhece que não há limites precisos para caracterizar este tipo de emissora e que as iniciativas precisam ser analisadas caso a caso. Termina parafraseando Tomás de Aquino: “a vida transborda o conceito” (Peruzzo, 2007, p. 70). Nada mais apropriado para a discussão.

Ao se deparar com as diferenças entre teoria e prática, a pesquisadora Andrea Medrado (2013) decidiu investigar como os moradores do bairro de Pau da Lima, em

Salvador, na Bahia, identificavam e escutavam as rádios locais. Dessa forma, buscou, a partir da fala dos próprios moradores, o que eles consideravam como rádio comunitária e como interpretavam as funções desempenhadas por ela.

Segundo Medrado (2013), havia basicamente dois tipos de rádios locais: a “rádio de poste” e rádios FM “livres”, não legalizadas. Os ouvintes costumavam se referir a estas rádios FM como “rádios pequenas” ou “rádios de bairro”. Entretanto, a rádio de poste, mantida e organizada de modo individual e com fins lucrativos, era frequentemente identificada como a “rádio comunitária”. O veículo era considerado comunitário porque funcionava em benefício da localidade. Conclui que, “ao nos fixarmos no dilema sobre as mais adequadas definições, acabamos por ignorar os múltiplos e importantes papéis que estas rádios exercem no dia a dia dos moradores” (Medrado, 2013, p. 7).

Essa é uma das pesquisas que indicam que a comunicação comunitária pode ser, ao mesmo tempo, instrumento de resistência, mas também de manutenção da ordem preestabelecida. Portanto, é contraditória em sua essência. Como ressalta Medrado (2013), o setor é muito mais rico, complexo e diversificado do que tendemos a assumir nos discursos acadêmicos, políticos e legais em torno da mídia comunitária.

Na sua genealogia sobre o comunitário e o popular, Yamamoto (2007) encontra no Brasil, nos anos 1970 e 1980, o momento histórico em que ambos, aparentemente, encontram-se. Sob a forte censura imposta pela ditadura, classificar como comunitária a comunicação popular era uma estratégia para não suscitar a vigilância estatal, uma vez que “a palavra ‘comunitário’ suscita um significado menos subversivo que ‘popular’; ou pelo menos não carrega as marcas de um ‘perigo iminente’” (Yamamoto, 2007, p. 12).

Após a redemocratização e, principalmente, a partir do processo de institucionalização da comunicação comunitária iniciado pelas ONGs, haveria uma ruptura entre o comunitário e o popular. “Ao passo que o primeiro busca a conformação com o sistema social e suas estruturas preestabelecidas, o segundo procura formas de ruptura, por meio da construção de uma hegemonia popular” (Yamamoto, 2007, p. 2).

Isto não significa esvaziar o potencial contra-hegemônico da comunicação comunitária, como podemos observar em diversas experiências ao longo da história recente brasileira. No Rio de Janeiro, podemos observar, hoje, muitos momentos em que o comunitário e o popular se encontram. São iniciativas que vão de museus a céu aberto a coberturas fotográficas<sup>2</sup> que circulam pelas redes;

2 A esse respeito, recomendamos a análise do trabalho realizado pelo fotógrafo Naldinho Lourenço, morador da Maré, que vem do-

mensagens instantâneas sobre demolição de casas a informações sobre operações policiais em perfis no Facebook. Ainda que falem da mesma violência que outros veículos – à direita ou à esquerda –, escolhem um ponto de vista completamente distinto. Ponto de vista que não é apenas retórico, mas lugar físico e ideológico, a partir do qual os fotógrafos e cinegrafistas captam as imagens. Em vez da objetividade jornalística, que os posiciona a uma distância segura do conflito, optam por se colocar diante das armas e adotam o ponto de vista daquele que está sob a mira da polícia<sup>3</sup>.

O comunitário, aqui, se aproxima do popular – contra-hegemônico, anticapitalista –, sem, no entanto, confundir-se com ele. Suas lutas não se organizam exclusivamente em torno do campo ideológico a partir do qual se pautam os veículos tradicionalmente alinhados à esquerda. No entanto, não se excluem dele. Interpelam os sujeitos a partir de outro lugar, reconectando política e cotidiano.

Williams (1979) nos lembra que, embora boa parte das iniciativas alternativas ou opostas dentro de uma ordem hegemônica estejam de alguma forma ligadas a ela, porque são produzidas e limitadas dentro do próprio campo do hegemônico, há outras que não podem ser reduzidas aos termos da hegemonia. São, de certa forma, independentes. Assim,

*Seria um erro ignorar a importância de obras e ideias que, embora claramente afetadas pelos limites e pressões hegemônicas, são pelo menos em parte rompimentos significativos em relação a estes, e que podem em parte ser neutralizadas, reduzidas ou incorporadas, mas que, em seus elementos mais ativos, surgem como independentes e originais (Williams, 1979, p. 117).*

O posicionamento de alguns coletivos de comunicação no interior das favelas, por exemplo, mostra que se o popular e o comunitário não se confundem, não estão necessariamente em campos opostos. Mas algumas de suas características – autonomia de grupos políticos ou institucionais, produção colaborativa, utilização de materiais e expressões do cotidiano (textos, imagens, “entulhos”), linguagem georreferenciada – revelam um grau de inovação que vale a pena ser investigado.

Ainda seguindo as pistas da análise cultural de Williams, poderíamos considerar que tais lutas discursivas, tomadas como formas de política e cultura alternativas,

cumentando operações policiais em diversas comunidades do Rio de Janeiro.

3 Em pesquisa realizada no ano de 2004, a partir do telejornal RJ TV 1ª edição, verificamos que em 58% das reportagens em que a favela aparece existem imagens da polícia. Em 30% dos casos das edições analisadas, há imagens da polícia com armamento letal empunhado, e em outros 24% dos casos os policiais estão armados, embora não estejam empunhando o armamento (Felix, 2008).

merecem ser analisadas não apenas pelo que representam em si mesmas, mas também pelo que revelam dos embates dentro da própria hegemonia, daquilo que o processo hegemônico tentou conter. A hegemonia, portanto, não se presta a categoria analítica estática, mas deve ser vista como um processo contínuo de disputa e que, portanto, tem que lidar com aquilo que ficou de fora do hegemônico, sejam formas novas ou restos de outras visões de mundo que questionam seu domínio (Williams, 1979, p. 115-116).

Embora sejam muitas as iniciativas de comunicação que podem ser analisadas sob esta perspectiva, vamos nos deter em duas delas: o perfil *Maré Vive*, criado por moradores do bairro, um dos mais afetados pela militarização do cotidiano, e o museu aberto de Vila Autódromo, que ocupa uma das áreas mais valorizadas do Rio de Janeiro e luta há anos contra a remoção.

O local onde se desenvolvem as duas iniciativas diz muito a respeito delas: ambas surgem no interior de favelas marcadas pela violência do Estado que altera os fluxos cotidianos. Para compreender suas lógicas, no entanto, precisamos atentar para as especificidades dos processos experimentados em ambos os territórios. Vila Autódromo era uma pequena comunidade, formada por 200 famílias, entre Jacarepaguá e Barra da Tijuca, atualmente, uma das regiões com maior potencial de crescimento para o mercado imobiliário no Rio de Janeiro. O Bairro Maré, às margens das três mais importantes vias de acesso à cidade – Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela –, sofre há quatro décadas os efeitos de uma política de combate às drogas pautada no confronto armado.

As duas histórias se encontram no processo de remodelação do espaço urbano para sediar os megaeventos esportivos em 2016. Idealizada ainda nos anos 1990, com forte apoio da mídia tradicional, a candidatura do Rio a sede das Olimpíadas projetou a cidade como a nova Barcelona do capitalismo global. Concretizado o desejo de sediar o evento, o Estado realizou a promessa de revitalização expulsando nos seis anos anteriores aos Jogos Olímpicos mais de 77 mil moradores de comunidades pobres de áreas valorizadas da cidade (Justiça Global, 2016) – como Morro da Providência, Favela do Metrô (Mangureira), João Goulart (Manguinhos) e Vila Autódromo – num processo de remoções sem precedentes.

As comunidades que permaneceram no núcleo urbano, por seu turno, sofreram forte processo de militarização, iniciado já nos anos 1990, com a Operação Rio, mas que, a partir de 2008, com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e as demais operações que a sustentaram, agravou-se. Violações e práticas de exceção no interior dos territórios pobres da cidade se tornaram uma prática cotidiana. Heller (2004) examina o cotidiano sob duas perspectivas – como espaço heterogêneo, que nos convoca a agir de maneira pragmática, e como espaço da

práxis transformadora, uma vez que “todo homem nasce na cotidianidade, mas este cotidiano é, também, o ‘centro’ do acontecer histórico, é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (Heller, 2000, p. 20).

Neste contexto de disputa pelo direito à cidade, a comunicação comunitária se constitui não como uma estratégia, mas como uma tática (Certeau, 2009) de sobrevivência cotidiana. Não se propõe, portanto, a unificar os dados dispersos no cotidiano, mas, ao contrário, busca resgatar, no fluxo e na troca, o próprio sentido da comunicação. É a partir destes vestígios comunicativos espalhados pelo território – físico e simbólico – onde se desenvolvem estas novas formas de comunicação que pretendemos analisar as duas iniciativas propostas.

No caso do perfil *Maré Vive*, entrevistamos ativistas e recolhemos materiais de postagens às vésperas da realização dos Jogos Olímpicos, período no qual a região esteve sob forte ocupação militar. No caso de Vila Autódromo, analisamos a instalação e ouvimos seus produtores. A partir deste corpus e da revisão bibliográfica proposta, dispusemo-nos a pensar em que medida novas práticas provocam um alargamento do campo da comunicação comunitária ou reafirmam velhos dilemas conceituais.

## Maré Vive

Localizado às margens de três das principais vias da cidade – Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela –, o Bairro Maré<sup>4</sup> tem uma longa tradição em comunicação comunitária, iniciada com os jornais mimeografados das Associações de Moradores, nos anos 1980. Em 1999, um coletivo de ativistas sociais ligados ao Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) e apoiado por jornalistas lançou um dos mais prestigiados jornais impressos de favela no Rio de Janeiro, *O Cidadão*, que atualmente circula em versão digital (<http://jornalocidadao.net/>). Mais recentemente, o bairro passou a contar com o *Maré de Notícias*, fundado há quatro anos. Ainda que construídos a partir de histórias particulares, em torno de lutas pela democratização da voz e, sobretudo, pela afirmação da identidade em torno da qual se organizam politicamente, trazem, em comum, uma filiação institucional. Da mesma forma que as instituições às quais se vinculam (CEASM e Redes da Maré, respectivamente), sofrem as instabilidades decorrentes de parcerias com o poder público e a iniciativa privada.

4 Criado por decreto municipal, em 1994, o Bairro Maré congrega pelo menos 17 comunidades – Parque União, Vila dos Pinheiros, Parque Maré, Baixa do Sapateiro, Nova Holanda, Vila do João, Rubens Vaz, Marcílio Dias, Timbau, Conjunto Esperança, Salsa e Meringue, Praia de Ramos, Conjunto Pinheiros, Nova Maré, Roquete Pinto, Sem-Terra e Bento Ribeiro Dantas. Segundo o Censo Maré, realizado no ano 2000, o total de moradores da região chegava a 132.176 mil habitantes.

Mas, a despeito das implicações políticas e econômicas desta vinculação, não há uma problematização quanto ao caráter comunitário destas iniciativas, reconhecidas tanto dentro da academia quanto da própria comunidade. Não têm um posicionamento declaradamente contra-hegemônico, como define Hélio Euclides, morador e jornalista da Redes de Desenvolvimento da Maré. Mas não recusam a aproximação com outras iniciativas, como reitera a jornalista Rosilene Millioti, do *Maré de Notícias*.

*Não sei se o jornalismo comunitário tem que ser militante. Ele pode ser propositivo e pode ser questionador. É uma militância. Mas só militante, contrário ao governo, não sei se deveria ser. Mas acho que tem que estar todo mundo junto para procurar a democratização (Mídia em Movimento, 2016).*

A vinculação institucional, que já foi vista como condição essencial para a criação e manutenção destes veículos, começa, no entanto, a ser questionada pelos diversos grupos, que buscam na autonomia uma alternativa para uma comunicação de base. Neste contexto surge o Maré Vive, perfil criado no Facebook por um grupo de moradores com longa experiência na comunicação comunitária e trânsito na academia. A escolha da rede social representa uma alternativa para romper a dependência econômica, mas também sugere o tipo de comunicação a que se propõe, a do cotidiano, onde se dá a vida comum, mas também onde se processam as mudanças históricas (Heller, 2000).

Seus participantes não se identificam nem identificam suas fontes, a não ser que deem sua permissão, por razões bastante claras: numa região em que até as ligações telefônicas estão sob suspeita constante de grampo, o anonimato é a regra. A foto de capa do perfil, que tem mais de 65 mil inscrições, é a de Dona Orozina, reconhecida como a precursora na ocupação do bairro, no início do século XX. É sob o avatar da senhora negra, retratada na foto 3x4, que o grupo interpela o morador: “Fala galera, muitos e muitas perguntando sobre operação. Da o papo aí vamos nos informar. Procede algo?” (Maré Vive, 26/07/2016).

A comunicação é direta, em linguagem coloquial e instantânea, mas de algum modo blindada, cifrada ao olhar estrangeiro. Fala de um cotidiano compartilhado e só a partir dele se torna totalmente inteligível. Como no post do dia 27 de julho de 2016, que recebeu 270 curtidas:

*Fala Morador?!*

*Depois de um dia turbulento como o de ontem, com vários abusos por parte do estado opressor, esperamos que o dia de hoje seja de serenidade, calmo, que possam ir aos seus tramos de boa, que seus filhos possam ir aos seus colégios. Paz e Bem!!! #marévive #nóspornós #fa-velasempre*

Para quem mora fora do bairro, os episódios referidos no post são completamente desconhecidos. No entanto, o tom não é de denúncia contra a omissão da imprensa ou a opressão do Estado, mas abarca os afetos que atravessam as lutas cotidianas da comunidade. Conforme comentário feito por uma moradora: “NH<sup>5</sup> na paz do senhor Jesus Cristo de Nazaré sai pra lá tu q não provém de ti fé no pai que o inimigo caí” (Maré Vive, 27/07/2016).

Diferentemente de um veículo – editado e diagramado –, a lógica do perfil do Facebook permite, ainda, uma desintermediação, possibilitando novas formas de dar voz à comunidade. Isto aparece, por exemplo, no post do dia 29 de julho de 2016, a uma semana, portanto, do início dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, um momento de grande tensão para os moradores da Maré. Ilustrado por um mapa que indica o lugar a partir do qual a mensagem foi postada – a Vila do João –, o desabafo começa com a indicação “Via morador”:

*Eu acredito num princípio hindu que diz que a primeira coisa que você vê ao acordar define como vai ser o seu dia. Hoje acordei com um policial tentando abrir minha porta e com mainha atendendo tentando manter a calma, mas errando minha idade umas 03 vezes. Hoje a primeira coisa que vi foi o desrespeito, o descaso e um fuzil dentro do meu quarto. Só por hoje desejei que os hindus estivessem errados.*

*Meu bom dia pra vocês tem um gosto amargo e nem é de café!*

*#MaréViva (Maré Vive, 29/07/2016).*

Não podemos considerar que este embate contra a militarização do cotidiano esteja fora do campo das lutas contra a hegemonia, mas não podemos reduzi-lo à luta de classes. Existe nessa reivindicação do direito à favela mais do que o direito à cidade. Há, como diz Williams, “outro ser” e “outra consciência” negligenciados ou excluídos dos processos tradicionais que se organizam a partir do conceito de classe. Ele caracteriza tais formas de luta, que não passam necessariamente pelas estruturas de organização clássicas, como emergentes. Sob a perspectiva comunicacional, alargam o campo a partir do qual pensamos o comunitário e o contra-hegemônico, sem necessariamente afastar-se deles.

*As relações entre essas duas fontes do emergente – a classe e a área social (humana) excluída – não são necessariamente contraditórias. Por vezes, podem estar muito próximas, e das relações entre elas depende muito a prática política (Williams, 1979, p. 129).*

5 NH são as iniciais de Nova Holanda, uma das localidades do bairro.

## Vila Autódromo: histórias de resistência

Outra iniciativa de comunicação comunitária que não está pautada nas diretrizes de formação política ou nas conceituações acadêmicas é a experiência da Vila Autódromo<sup>6</sup>, conhecida como a comunidade que sobreviveu às Olimpíadas do Rio. Após anos de luta contra a remoção forçada pela Prefeitura do Rio, parte da Vila conseguiu permanecer ao lado do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca.

A comunidade, que antes era formada por aproximadamente 550 famílias, hoje tem apenas 20. Desde 2014, o prefeito Eduardo Paes autorizou as demolições das casas para dar espaço às obras das Olimpíadas<sup>7</sup>. Em troca, ofereceu aos moradores apartamentos no conjunto habitacional Parque Carioca, em Jacarepaguá, também localizado na Zona Oeste da cidade.

As famílias que decidiram permanecer na Vila Autódromo lutaram contra ameaças, demolições, violência policial, cortes frequentes de água e situações de risco geradas pelo entulho acumulado e pela circulação de maquinário. No final de abril de 2016, a prefeitura e a comunidade acordaram um projeto de urbanização e construção de novas habitações no local. A entrega das casas e das obras havia sido agendada para o dia 22 de julho de 2016, mas foi concluída no mês seguinte.

Durante todo o período de luta contra as remoções, as famílias tiveram apoio de organizações políticas, partidos, estudantes, professores universitários e outros voluntários. O principal suporte veio do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, um conjunto de organizações e lideranças populares. As famílias da Vila também tiveram apoio das ONGs Anistia Internacional e Justiça Global.

Através dessas grandes organizações nacionais e internacionais, a história da Vila Autódromo ganhou espaço na mídia alternativa e apelo na comunidade internacional. Em campanhas on-line, abaixo-assinados, mobilizações de apoio e páginas de notícias no Facebook, a história de resistência da Vila Autódromo tornou-se conhecida. Este é um exemplo de uma comunicação que tem como função a manutenção e resistência da comunidade. Uma comunicação de urgência.

Depois do acordo com o poder público ter se consolidado, os moradores, em parceria com museólogos e estudantes do curso de Arquitetura da Faculdade Anhanguera de Niterói, criaram o Museu das Remoções, inaugurado em 18 de maio de 2016. Como um museu exposto a céu aberto, traz as histórias dos espaços que existiam na

comunidade antes de serem removidos. As esculturas que compõem o museu foram construídas através de oficinas com estudantes e moradores, em que foram resgatados os entulhos dos imóveis que existiam no local, além de registros em fotos e vídeos. Os objetos são formados pelo que restou da comunidade para homenagear os locais e as pessoas que formavam a Vila Autódromo antes da intervenção.



Se na Maré podemos observar o emergente, aqui subsiste o residual, definido por Williams como aquele resto que resiste às múltiplas investidas do dominante. Não representa o museu no sentido reificado, de objetos mortos que já não podem comunicar, mas se alimenta do que ainda vive na memória. O museu é a própria mensagem tornada palavra de ordem dos ativistas da comunidade: “Memória não se remove”.

## Artes de fazer

Embora distintas em sua materialidade, as duas iniciativas guardam muito em comum. O primeiro aspecto que chama a atenção é o protagonismo de sujeitos locais. Sobretudo no perfil Maré Vive, observamos que o papel de liderança e mobilização da comunidade para a ação comunicativa não se encontra mais no tradicional agente externo. O acesso da juventude periférica ao ensino superior produziu um sujeito híbrido, que detém o saber acadêmico, mas também o reconhecimento local, o que lhe dá um lugar de fala diferenciado.

Podemos considerar que a produção desses sujeitos resulta dos esforços empreendidos há pelo menos

6 A comunidade existe há mais de 40 anos e desde seu nascimento convive com o fantasma da remoção. Foi fundada por pescadores na década de 1970. A Prefeitura do Rio tentou primeiro desalojá-la acusando-a de “dano ao meio natural, urbano, estético e visual”.

7 A poucos metros de distância da Vila Autódromo está a Vila Olímpica – moradia olímpica construída para hospedar 15 mil atletas –, composta por 31 edifícios de 17 andares cada um.

quatro décadas na implantação de núcleos de comunicação comunitária e popular nas periferias urbanas. Representaria, portanto, o sucesso do trabalho de formação que, em última análise, tinha a autonomia dos atores locais como horizonte. Consideramos, no entanto, que esta transformação explicita um processo histórico bem mais amplo, para o qual contribuíram diferentes esforços e formas de luta. O mais importante, no entanto, é reconhecer que essa superação da dependência, ou mesmo recusa dela, marca uma mudança importante no cenário contemporâneo.

Por outro lado, dado seu trânsito, estes personagens conquistaram um lugar importante no debate público para além da comunidade. É o caso de Dona Penha, agraciada, em 2016, com a medalha Pedro Ernesto por sua luta em favor de Vila Autódromo. Ela se notabilizou, entre outros episódios, por ter recusado a proposta do prefeito Eduardo Paes, que prometia pagar R\$ 2 milhões por sua casa na comunidade. Em diversos debates sobre o direito à cidade, vem exercendo importante interlocução junto às esferas políticas e acadêmicas, amplificando a mensagem comunitária.

Como reflexo direto da emergência desses sujeitos, observamos duas outras importantes mudanças: a transformação no processo produtivo e no produto final. A mediação dos comunicadores, pensados como líderes do processo, é bem mais fluida nas iniciativas que analisamos do que em veículos tradicionalmente ligados ao comunitário ou ao popular. Ainda que sujeita às lógicas dos algoritmos que regem os sistemas on-line, a comunicação em redes sociais, como no perfil Maré Vive, permite um nível de participação da comunidade muito mais intenso e menos controlado. Já Vila Autódromo, ao optar por uma instalação como materialidade comunicativa, expõe a mensagem literalmente a todo tipo de intervenção. Em ambos os casos, o processo funciona, portanto, na base da confiança entre a comunidade. Existe, também, uma permeabilidade maior entre os papéis de produtores e consumidores das mensagens, na medida em que todo tipo de participação pode, potencialmente, modificar os sentidos.

Do ponto de vista do produto, observamos que ambas as expressões adotam um afastamento intencional dos formatos e da estética comumente adotados pela cultura de massa. Nas iniciativas que analisamos, a fala comum e os objetos do cotidiano subalternizado ocupam um lugar de destaque, muitas vezes em oposição ao “bom gosto” (Bourdieu, 2007) ou ao padrão linguístico. Adotam esta linguagem “popular” sem infantilizar seu público e sem confrontar a sociedade, mas assumindo esta como

sua forma de expressão. Portanto, subvertem a norma segundo a qual a comunicação comunitária deve prezar pelo rigor técnico, muitas vezes confundido com o padrão hegemônico.

Por fim, consideramos a linguagem georreferenciada como uma característica marcante. Uma vez que ela se define, sobretudo, como uma comunicação em torno do cotidiano em territórios marcados pela violência, o sentido do lugar, sejam as zonas de conflito ou de encontro, aflora de maneira bem mais intensa. No Facebook, o uso de mapas indicando o local a partir do qual se enunciam os discursos é uma prática comum, que denota, ainda, o sentimento de pertencimento. Já em Vila Autódromo, as instalações tornaram-se elas próprias pontos de referência e lugares de memória para atuais e antigos moradores.

### Considerações finais

Analisar estas iniciativas sob a perspectiva comunitária nos leva a repensar alguns pressupostos que a distinguem das demais. Se em boa parte das análises se enfatizava o rigor técnico, como sinônimo de “bem-feito”, nestas renuncia-se à linguagem padrão em favor de uma expressividade mais próxima do dia a dia. Da mesma forma, o viés educativo dá lugar à participação coletiva, estimulada no perfil Maré Vive sob o a expressão “Dá o papo morador”.

Esta análise nos conduz, ainda, a uma valorização do cotidiano como espaço de luta e fonte de recursos a partir do qual se resgata o sentido da comunicação no fluxo e na troca. Por fim, obriga-nos a reexaminar os limites problemáticos entre o comunitário, o popular e o contra-hegemônico, sem, no entanto, desconsiderarmos suas outras possibilidades de ação, que não se encerram no campo da contra-hegemonia.

Nesse sentido, percebemos que o estudo da comunicação comunitária demanda um retorno ao comunitário e às comunidades. Não mais para definir conceitos, modelos ou estruturas, mas para entender as formas de produção que nascem das necessidades comuns manifestadas no cotidiano das pessoas. Por esse ângulo, a comunicação comunitária deixa de restringir iniciativas que são ou não legítimas e passa a comportar novas e diferentes experiências caracterizadas como comunitárias por quem faz parte da comunidade.

É justamente nessas contradições que está a riqueza dessas formas híbridas de se produzir comunicação. Ao reconhecer isso, acreditamos que é importante perceber no que suas complexidades podem contribuir para o campo de pesquisa e para as lutas cotidianas.

## Referências

- BOURDIEU, P. 2007. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 361 p.
- BUBER, M. 1987. *Sobre comunidade*. São Paulo, Perspectiva, 139 p.
- FESTA, R. 1986. *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 266 p.
- CERTEAU, M. de. 2009. *A invenção do cotidiano: Artes do fazer*. 16ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 352 p.
- FELIX, C.B. 2008. Entre discursos: Mídia e subjetividade nos espaços populares. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), 153 p. Disponível em: [http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses\\_dissertacoes\\_interna.php?dissertacao=9](http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?dissertacao=9). Acesso em: 27/07/2016.
- HELLER, A. 2004. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 7ª. ed. São Paulo, Editora Paz e Terra, 158 p.
- GIANOTTI, C. 2016. *Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje: Uma história de resistência das favelas cariocas*. Rio de Janeiro, Núcleo Piratininga de Comunicação/Fundação Rosa Luxemburgo, 215 p.
- JANKOWSKI, N.W. 2002. Creating Community with Media: History, Theories and Scientific Investigations. In: *Handbook of New Media: Social Shaping and Consequences of ICTs*. London, Sage, 564 p., p. 34-49.
- JUSTIÇA GLOBAL. 2016. *Violações de direitos na Cidade Olímpica: Guia para jornalistas e comunicadores*. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/guia-violacoes-de-direitos-na-cidade-olimpica-versoes-em-portugues-english-espanol/>. Acesso em: 27/07/2016.
- MEDRADO, A. 2013. Comunidade alto-falante: A escuta da rádio de poste, os sons do comércio e da vida cotidiana em um bairro popular de Salvador. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, XXII, Salvador, 2013. *Anais...* Salvador, Compós, 1:1-17.
- MIANI, R.A. 2010. Os pressupostos teóricos-ideológicos da comunicação popular e comunitária. In: Simpósio de Comunicação Popular e Comunitária, I, Londrina, 2010. *Caderno de resumos do Simpósio de Comunicação Popular e Comunitária*, p. 57.
- MIANI, R.A. 2017. O processo de produção do filme Cidade de Deus como uma experiência de comunicação comunitária. In: XL Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XL, Curitiba, 2017. *Anais...* Intercom, 1-15.
- PAIVA, R. 1998. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ, Vozes, 205 p.
- PERUZZO, C.M.K. 2006. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXIX, São Paulo, 2006. *Anais...* São Paulo, Intercom, 1:1-15.
- PERUZZO, C.M.P.K. 2007. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento. In: R. PAIVA (org.), *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro, Mauad, 198 p., p. 69-94.
- QUESADA, G. 1980. *Comunicação e comunidade: mitos da mudança social*. São Paulo, Loyola, 94 p.
- RODRIGUEZ, C. 2001. *Fissures in the Mediascape: An International Study of Citizens' Media*. Cresskill, NJ, Hampton Press, 185 p.
- TONNIES, F. 1942. *Princípios de Sociologia*. México, Fondo de Cultura Económica, 375 p.
- VINELLI, N.; ESPERÓN, C.R. (org.). 2004. *Contrainformación: medios alternativos para la acción política*. Buenos Aires, Peña Lillo/Continente, 130 p.
- WILLIAMS, R. 1979. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 216 p.
- YAMAMOTO, E.Y. A natureza da comunicação popular e comunitária. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXX, Santos, 2007. *Anais...* Santos, Intercom, 1:1-15.

## Audiovisual

MÍDIA em Movimento. 2015. Direção: Marcelo Ernandez. Laboratório de Comunicação Dialógica (LCD) da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2015. 102 min.

## Entrevistas

- CARVALHO, Marco Aurélio. Entrevista V. [julho 2016]. Entrevistadores: Andrew Costa, Carla Baiense, Mariana Pitasse e alunos da disciplina O Casarão. Rio de Janeiro, 2016.
- CAVALLO, André; COSTA, Andrew; SHAW, Camila: Coletivo Poxavila. Entrevista IV. [maio 2016]. Entrevistadores: Carla Baiense, Mariana Pitasse e alunos da disciplina O Casarão. Rio de Janeiro, 2016.
- EUCLIDES, Hélio. Entrevista III. [junho 2016]. Entrevistadores: Andrew Costa, Carla Baiense, Mariana Pitasse e alunos da disciplina O Casarão. Rio de Janeiro, 2016.
- JACOB, Sheila. Entrevista I. [maio 2016]. Entrevistadores: Andrew Costa, Carla Baiense, Mariana Pitasse e alunos da disciplina O Casarão. Rio de Janeiro, 2016.
- LOURENÇO, Naldinho. Entrevista II. [junho 2016]. Entrevistadores: Andrew Costa, Carla Baiense, Mariana Pitasse e alunos da disciplina O Casarão. Rio de Janeiro, 2016.
- MEDRADO, Andrea. Entrevista VI. [julho 2016]. Entrevistadores: Andrew Costa, Carla Baiense, Mariana Pitasse e alunos da disciplina O Casarão. Rio de Janeiro, 2016.

Artigo submetido em 30-07-2016  
Aceito em 05-11-2017